

SRC COMPANHIA SECURITIZADORA DE C
CNPJ: 31.345.064/0001-



JUCESP PROTOCOLO
0.945.088/19-0



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019**

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2019, às 18:30 horas, na sede social da **SRC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** (“Companhia”) localizada na Av. Joaquim Floriano 1052, 13º andar, Gr. 132 (Parte), Itaim Bibi, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi realizada Assembleia Geral de acionistas instalada em primeira convocação, com a participação de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, de acordo com verificação feita no respectivo “Livro de Registro de Presença de Acionistas”.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Compondo a mesa, assumiu a presidência dos trabalhos desta assembleia o Sr. José Alexandre Costa De Freitas, que convidou o Sr. Antonio Amaro Ribeiro de Oliveira e Silva, para Secretário. Assim, composta a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia.

ABERTURA E INSTALAÇÃO DA SESSÃO: Tendo sido iniciada a assembleia, constatada a existência de “quorum”, conforme “Livro de Registro de Presença de Acionistas”, o Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. **PUBLICAÇÕES:** Em seguida, considerando que foi suprida a formalidade de publicação prévia do edital de convocação, bem como dos anúncios referidos no Art. 133 da Lei 6.404/76, face à dispensa de publicação dos mesmos, conforme permitido pelo §4º do Art. 124, pelo §4º do Art. 133 e pelo Art. 294 da Lei 6404/76, respectivamente, o Sr. Presidente recomendou ao Secretário que procedesse a leitura da **ORDEM DO DIA** nos seguintes termos: Ficam os Sr(s). acionista(s) convocado(s) para deliberar(em) sobre as seguintes matérias: **(1)** Em relação ao exercício findo em 31/12/2018 **(a)** exame, discussão e votação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras; **(b)** destinação dos lucros; **(2)** reeleição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. **DELIBERAÇÕES:** Passando à pauta da Assembleia, foram submetidas ao(s) acionista(s) presentes as seguintes matérias que, após discutidas, foram tomadas as seguintes deliberações: **(1)** Em relação ao exercício findo em 31/12/2018 **(a)** aprovado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras (cópias anexas); **(b)** face a apuração de prejuízo no exercício social findo em 31/12/2018, não haverá distribuição de dividendos; e **(2)** aprovada a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, cujo mandato se estenderá até a posse dos Diretores que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no exercício de 2022, podendo haver reeleição, a saber: **(i)** Sr. José Alexandre Costa de Freitas, brasileiro, casado pelo regime de separação legal de bens, advogado, portador da carteira de identidade nº 78.657, expedida pela OAB/RJ –, inscrito no CPF sob o nº 008.991.207-17, como Diretor Presidente; e **(ii)** Sr. Antonio Amaro Ribeiro De Oliveira E Silva, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 109.003, expedida pela OAB/RJ em 19.12.2012, inscrito no CPF sob o nº 001.362.577-20, ambos domiciliados nesta cidade, à Av. das Américas, nº 3434, Bl. 07, Gr. 201, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-102, RJ. Com referência à remuneração dos administradores, foi fixada remuneração mensal para cada um dos Diretores em 1 (um) salário mínimo federal vigente, até o encerramento de seu mandato. Os Diretores reeleitos desde já declaram que não estão incurso em qualquer crime que os impeça de exercer atividades mercantis, expressam sua concordância com as suas nomeações, posse e exercício do cargo para o qual foram

nomeados, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria. **ENCERRAMENTO DA PAUTA:** Tendo sido apreciada a pauta da Assembleia Geral Ordinária, o Sr. Presidente informou que estava a mesma esgotada, determinando que os trabalhos fossem temporariamente suspensos para a lavratura da ata, reiniciando-se tão logo ocorresse a sua conclusão. **REABERTURA DOS TRABALHOS E ENCERRAMENTO DA ASSEMBLEIA:** Achando-se concluída a ata, o Sr. Presidente declarou reabertos os trabalhos, recomendando ao Secretário que fizesse a leitura do documento em questão, após o que foi colocado em discussão, sem que houvesse manifestação dos presentes. Posta em votação, a ata foi aprovada por unanimidade, razão pela qual vai assinada pelo Sr. Presidente, pelo(s) acionista(s) presente(s), tendo o Sr. Presidente declarado encerrados os trabalhos. Do que para constar, eu, Antonio Amaro Ribeiro de Oliveira e Silva, Secretário, a lavrei e subscrevo para os fins de direito e declaro que a presente cópia está conforme original, lavrada no competente livro de registro de Atas das Assembleias Gerais nº 01, da SRC Companhia Securitizadora De Créditos Financeiros.

São Paulo, 30 de abril de 2019.



Jose Alexandre Costa de Freitas

Presidente

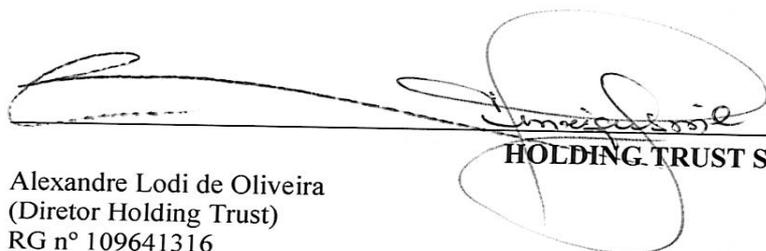


Antonio Amaro Ribeiro de Oliveira e Silva

Secretário



LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
SRC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019



HOLDING TRUST S.A

Alexandre Lodi de Oliveira (Diretor Holding Trust) RG nº 109641316 CPF: 076.922.737-66	Carlos Henrique Correa Sismil- (Diretor Holding Trust) RG nº 09.509.186-4 CPF: 011.896.377-58
---	--

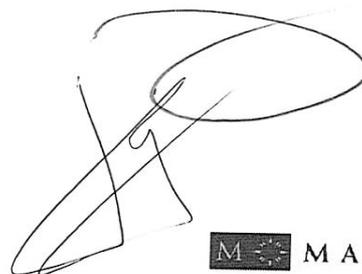
DUCEP
12 09 18

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**SRC COMPANHIA SECURITIZADORA
DE CRÉDITOS FINANCEIROS**

31.345.064/0001-58

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**



 MAZARS

ANEXO
2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 3 - 4

Relatório da Administração 5

Balanco patrimonial..... 6

Demonstração dos resultados..... 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstração dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1 Contexto operacional 10

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis 10

3 Descrição das principais práticas contábeis 10

4 Disponibilidades 11

5 Títulos e valores mobiliários..... 11

6 Operações de crédito 11

7 Recursos de debêntures 12

8 Impostos e contribuições a recolher 12

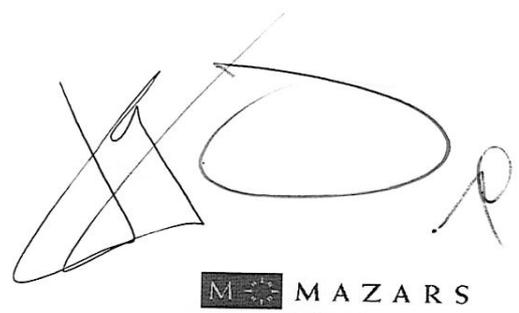
9 Outros pagamentos 12

10 Capital social..... 13

11 Outros serviços prestados pelos auditores independentes 13

12 Gerenciamento de riscos..... 13

13 Eventos Subsequentes 14



M = MAZARS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

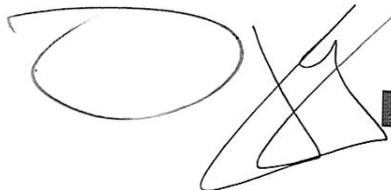
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



M A Z A R S

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

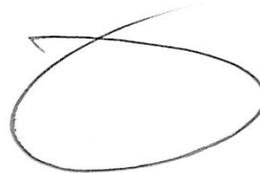
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

 MAZARS 

SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
CNPJ 31.345.064/0001-58

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado das respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. A SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros agradece a todos os que contribuíram para o resultado alcançado. A Diretoria.

Resultado: No quarto trimestre do exercício de 2018, encerrado em 31 de dezembro de 2018, a SRC Companhia Securitizadora entrou em operação e obteve uma receita com deságio nas aquisições dos títulos, maior do que os juros a pagar resultantes da emissão de debêntures. Porém, incluindo as despesas com postergação de pagamento na aquisição de direitos creditórios (diferido) e as despesas administrativas, frente ao ganho neste trimestre, foi insuficiente para gerar lucro.

Mercado: A SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Sociedade anônima de propósito Específico (SPE). Por conta do objeto da Companhia, seu mercado é restrito à aquisição de direitos creditórios.

Estratégias e perspectivas para o primeiro trimestre de 2019: A Administração considera que no próximo trimestre, haja um melhor resultado operacional, visto que os custos com aquisição, registro e recebimento dos direitos creditórios já são conhecidos. Com isso, haverá uma melhor visibilidade para o planejamento do próximo ano.

Handwritten signature and initials in black ink, consisting of a large looped signature and a smaller set of initials to the right.

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	30/09/2018
Circulante		809.420	1
Disponibilidades	4	2	1
Títulos e valores mobiliários	5	2.500	-
Certificado de depósitos bancários		2.500	-
Operações de crédito	6	806.910	-
Direitos Creditórios		806.910	-
Outras contas a receber		8	-
Impostos e contribuições a compensar		8	-
Total do ativo		809.420	1
Passivo			
Circulante		809.591	-
Recursos de debêntures	7	761.161	-
Debêntures simples não conversíveis		750.369	-
Juros a pagar s/ debêntures		10.792	-
Outras obrigações		15	-
Impostos e contribuições a recolher		15	-
Outros pagamentos	9	48.415	-
Obrigações a pagar (diferido)		48.415	-
Patrimônio líquido		(171)	1
Capital social	10	1	1
Ações ordinárias		10	10
(-) Capital social a realizar		(9)	(9)
Prejuízos acumulados		(172)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		809.420	1

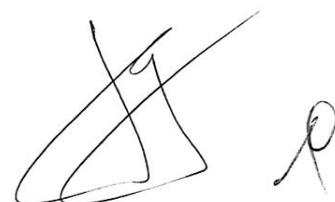
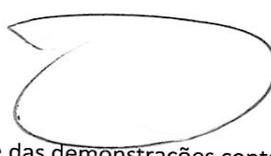
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Composição do resultado do período	31/12/2018	30/09/2018
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	10.879	-
Rendas de FIDC com risco	11.573	-
Despesas financeiras	(694)	-
Títulos privados de renda fixa	181	-
Rendas de títulos de renda fixa	181	-
Despesas de captação	(10.792)	-
Juros sobre debêntures	(10.792)	-
Resultado operacional	268	-
Demais despesas	(440)	-
IOF s/ aplicações	(144)	-
Cartórios	(138)	-
Advogados	(52)	-
Despesas tributárias	(36)	-
Despesa com CETIP/SELIC	(25)	-
Consultoria	(18)	-
Publicações	(16)	-
Diretoria e conselho de administração	(8)	-
Outras	(3)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(172)	-
Número de ações	100	100
Prejuízo por ação	(1,72)	-

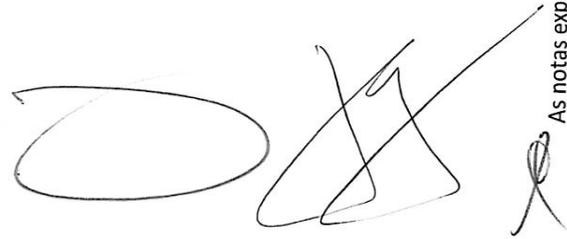
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A realizar			
Saldo em 27 de agosto de 2018					
Ações ordinárias	-	-	-	-	-
	10	(9)	-	-	1
Saldo em 30 de setembro de 2018	10	(9)	-	-	1
Prejuízo do período	-	-	(172)	(172)	(172)
Saldo em 31 de dezembro 2018	10	(9)	(172)	(172)	(171)



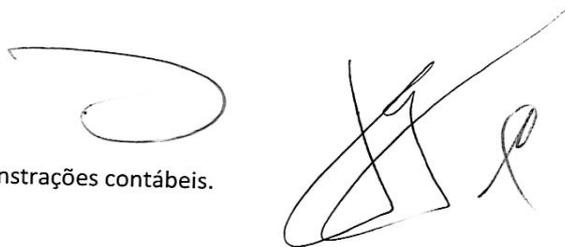
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstração dos fluxos de caixa – método direto
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Compra de direitos creditórios	(2.147.693)	-
Recebimento de juros / amortização de direitos creditórios	1.489.443	-
Diferido na compra de direitos creditórios	(89.367)	-
Aplicação em CDB	(2.470)	-
	<u> </u>	<u> </u>
Demais pagamentos / recebimentos	(281)	-
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa líquido das atividades operacionais	(750.368)	-
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	-	1
Emissão de debêntures	750.369	-
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa líquido das atividades de financiamento	750.369	1
	<u> </u>	<u> </u>
Variação no caixa e equivalentes de caixa	1	1
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	-
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2	1
	<u> </u>	<u> </u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Sociedade anônima de propósito Específico (SPE), criada em 27 de agosto de 2018 com atividade exclusiva à aquisição de creditórios.

A finalidade da Companhia é a aquisição de direitos creditórios detidos por empresa emissora de cartões de crédito, junto a diversas instituições financeiras, conforme as regras de arranjos de pagamentos, decorrentes de transações de pagamento operacionalizadas pelo sistema da empresa emissora dos cartões e realizadas por usuários-finais para a aquisição de bens ou serviços em estabelecimentos credenciados.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelos órgãos reguladores.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos.

Estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis em reais (R\$) referente a data base de 31/12/2018.

3 Descrição das principais práticas contábeis

(a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

(b) Disponibilidades

As disponibilidades abrangem saldos de bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(c) Títulos e Valores mobiliários

São reconhecidos na data em que foram originados pelo custo histórico, acrescidos pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(d) Mensuração dos instrumentos financeiros

Observado o disposto nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - 48, a Companhia classifica os seus ativos financeiros como:

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A vencer, os quais são mensurados pelo critério de custo amortizado, através do seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata-temporis. A taxa interna de retorno deve ser calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios;
- (ii) Sem data de vencimento, os quais são mensurados a valor justo por meio do resultado, através de dados observáveis e passíveis de verificação; e
- (iii) Vencidos, os quais são mensurados a valor justo por meio de resultado, com base expectativa de recebimento.

(e) Outros passivos e ativos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4 Disponibilidades

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Bancos	<u>2</u>	<u>1</u>

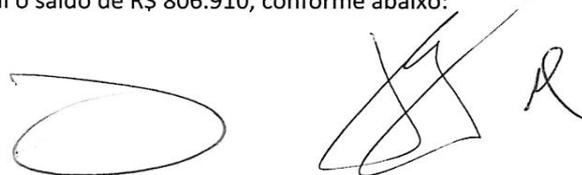
5 Títulos e valores mobiliários

Representado por aplicação em operações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB). Classificado como ativo de renda fixa do tipo crédito privado, disponível para resgate automático com saldo final em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 2.500.

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Certificado de Depósitos Bancários	<u>2.500</u>	<u>-</u>

6 Operações de crédito

Representado pela diferença do pagamento de 94% (noventa e quatro por cento) das aquisições de direitos creditórios e das amortizações dos seus recebimentos nas datas de vencimento, bem como os rendimentos diários provenientes da carteira de ativos. A operação possui o saldo de R\$ 806.910, conforme abaixo:



SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Direitos creditórios	806.910	-

7 Recurso de debêntures

Representado pela 1ª (primeira) e a 2ª (segunda) debêntures simples, não conversíveis em ações, em 02 de outubro de 2018 e 08 de outubro de 2018, nos valores de R\$ 375.000 e R\$ 375.369 respectivamente. Nas mesmas datas, foram adquiridos direitos creditórios, nos valores de R\$ 396.963 e R\$ 395.938. Corresponde também, aos juros a pagar sobre debêntures de 101,01% (cento e um inteiros e um centésimo por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>).

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Debentures simples não conversíveis	750.369	-
Juros a pagar sobre debêntures	10.792	-
Saldo final	761.161	-

8 Impostos e contribuições a recolher

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis. Compreendem os impostos retidos de terceiros (IR, CSLL e CSRF) de pessoas jurídicas, de INSS s/ pró-labore, de IRPJ, CSLL, Pis e Cofins próprios.

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela de lucro excedente a R\$ 240 mil ao ano, conforme previsto na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída a alíquota de 9%. No período compreendido por esta demonstração, a empresa não apurou lucro e, por conseguinte, não houve recolhimento de IRPJ e CSLL.

Já em relação ao Pis e Cofins, por mais que seja tributada pelo lucro real, a provisão é feita com base nos termos do art. 8º, I da Lei nº 10.637/2002 e art. 10, I da Lei nº 10.833/2003 e acórdão nº 1302-002.557 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), de 21 de fevereiro de 2018, ou seja, a apuração está sujeita ao regime cumulativo, a alíquota agregada de 4,65% (0,65% a título de PIS e 4% a título de COFINS). A Administração decidiu em dezembro de 2018, não deduzir da base de cálculo de Pis e Cofins, as despesas com captação de recursos incorridas, visto que, nos termos do art. 3º, §8º, II da Lei 9.718/1998, não fica clara se é possível utilizá-la para tais fins.

9 Outros pagamentos

Representado pelo resíduo de 6% (seis por cento) das postergações dos pagamentos nas aquisições de direitos creditórios incluindo juros, bem como, pelas atualizações diárias devidas das postergações dos pagamentos (diferido) com a compra de direitos creditórios.

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Obrigações a pagar	48.415	-
Total	<u>48.415</u>	<u>-</u>

10 Capital social

Representado na data base por 100 (cem) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 0,1 (cem reais) cada, totalizando R\$ 10 (dez mil reais).

Em 27 de agosto de 2018 houve a integralização parcial no valor de R\$ 1 (um mil reais) em moeda corrente nacional, depositados junto ao Banco do Brasil (Art. 80, II c/c Art. 81 da Lei 6.404/76). O saldo remanescente no valor de R\$ 9 (nove mil reais) será integralizado em moeda corrente nacional ou em ativos em até 01 (um) ano.

11 Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratou nem teve serviços prestados pela Mazars Auditores Independentes SS, que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

12 Gerenciamento e fatores de riscos

a. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Securitizadora é acompanhado por equipe especializada, tendo como complemento ao trabalho, a equipe de Compliance e os Comitês institucionais específicos, formados por Diretores e Gerência, quando necessários. A análise e avaliação dos riscos seguem conforme os critérios e especificações de cada instituição, mercado externo e características próprias das carteiras, definidas pelos Regulamentos.

O processo de gestão de riscos da Securitizadora, tem por objetivo sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade de securitização.

b. Fatores de riscos

Riscos de mercado

- **Descasamento de rentabilidade:** A distribuição dos rendimentos da carteira da Securitizadora pode ter parâmetros diferentes daqueles utilizados para o preço de aquisição dos direitos creditórios elegíveis. Não obstante quaisquer medidas adotadas, os recursos da Securitizadora poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos Cotistas. O Cedente, o Cessionário e os intervenientes anuentes não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas;

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Flutuação dos ativos financeiros:** O valor dos ativos financeiros que integram a carteira da Securitizadora pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos financeiros, o patrimônio da Companhia pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados;
- **Efeitos da política econômica do Governo Federal:** Consistem no risco de fatores macroeconômicos, como os efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles do setor, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas têm impactado significativamente a economia, os mercados financeiro e de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nas operações da Securitizadora. Não será devida pela Companhia ou por qualquer pessoa, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso haja prejuízo resultante de tal evento.

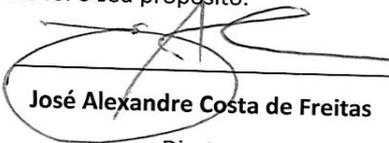
Riscos de crédito

- **Fatores macroeconômicos:** Como a Securitizadora aplicará seus recursos exclusivamente em direitos creditórios elegíveis, dependerá da originação de direitos creditórios elegíveis, bem como da solvência do devedor para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A originação de direitos creditórios elegíveis bem como a solvência do devedor podem ser afetados por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico e/ou impactos em sua originação, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos direitos creditórios elegíveis e/ou impactos em sua originação, afetando negativamente os resultados da Securitizadora e/ou provocando perdas patrimoniais;
- **Cobrança judicial e extrajudicial:** No caso de o devedor inadimplir as respectivas obrigações de pagamentos dos direitos creditórios elegíveis cedidos a Securitizadora, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para a Companhia o total dos valores inadimplidos e acréscimos aplicáveis, o que poderá implicar perdas patrimoniais a Securitizadora.

13

Eventos subsequentes

Devido ao vencimento dos direitos creditórios, antes do término do exercício de 2019, concomitante ao pagamento das debêntures, no mesmo período, a Companhia encerrará suas atividades, tendo em vista que este foi o seu propósito.


José Alexandre Costa de Freitas

Diretor

CPF: 008.991.207-17


Antônio Amaro Ribeiro de
Oliveira e Silva

Diretor

CPF: 001.362.577-20


Jorge Cezar P. Derossi

Contador

CRC-RJ: 084173/O-1

CPF: 011.966.457-79

SRC Securitizadora de Créditos Financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

